

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIFICULDADES E AVANÇOS EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL

Autor (1); Sonia Azevedo de Medeiros (2); Marcilda Bezerra de Araújo (3) Flávio Medeiros de Azevedo; (4) Sérgio dos Santos Souza; (5) Kiarelly Cícero Martins da Nóbrega

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, soniamedeirosjs@hotmail.com, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, marcilde@hotmail.com. Faculdade católica Santa Terezinha – flaviomazy@hotmail.com, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sss02@bol.com.br, Faculdades Integradas de Patos, kiarelly.martins@hotmail.com

Resumo: Nos últimos anos as políticas sociais têm prezado pelo combate da exclusão, promovendo integração e participação social. No entanto, embora o debate sobre a Educação Inclusiva já esteja presente na grande maioria das instituições de ensino, muitas são as dificuldades que têm sido enfrentadas pelos atores envolvidos no processo. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender as dificuldades da equipe gestora e pedagógica acerca da efetivação do processo de inclusão de crianças com deficiência na escola, bem como as problemáticas envolvidas e os avanços já alcançados nesse processo. Caracteriza-se como uma pesquisa de campo de cunho qualitativo e tipologia descritiva, a qual foi realizada em duas escolas de ensino fundamental do município de Jardim do Seridó/RN. Os sujeitos do estudo foram 10 profissionais, dentre os quais gestores e professores da instituição de ensino estudada. De forma geral, percebeu-se que o processo de efetivação dos princípios da Educação Inclusiva ainda é perpassado por diversos entraves, os quais são ocasionados pela atual estrutura da educação, ainda norteada pelo ensino clássico. Embora demonstre-se conhecimento com relação à Educação Inclusiva e a seus diversos aspectos e compreenda-se a importância de garantir o direito do acesso ao ensino regular para as pessoas com deficiência, é notório que necessita-se de investimento em processos de formação continuada, como forma de sensibilizar e promover a reflexão sobre a inclusão dentro do contexto escolar, garantindo a qualificação do ensino, o direito à aprendizagem e a convivência em sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Pessoas com deficiência, Ensino Fundamental, Professores, Gestores.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar figura como uma das questões atuais expostas no âmbito das discussões, ponto de pautas de estudos e pesquisas em diferentes contextos da educação brasileira. Muitos educadores consideram que incluir um aluno com necessidades especiais no seio de uma escola constitui um sério problema a ser solucionado, tendo em vista que as unidades de ensino não estão preparadas para receberem os alunos, assim como os professores em sua grande maioria não receberam uma formação adequada para atuarem em salas de aula com alunos com necessidades educacionais especiais.

Inclusão escolar tem sido um dos temas mais difundidos ao longo dos últimos tempos em função da reformulação da política educacional proposta a partir dos últimos anos da década de 1980 e transcorrer de toda década de 1990, quando se tem a promulgação em 1988 da Constituição Federal brasileira, que defende a educação de qualidade para todos como princípio democrático de cidadania. Atrelando-se a citada legislação nacional em 1996 tem-se a

promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n^o 9394/96), referendando assim propostas de uma educação interativa e qualitativa de um modo expressivo dentro das inúmeras maneiras de fazer educação ou de oferecer a educação para todos.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais constitui uma proposta que engloba o preceito de educação de qualidade para todos como dever do Estado preconizado pela Constituição Federal de 1988 e referendado pela LDB n^o 9394/96. A complexidade que o tema reporta as dificuldades enfrentadas pelos educadores mediado pela ação articulada entre gestores escolares, professores e técnicos em educação em torno da proposta de inclusão de alunos com necessidades especiais, nas salas de aulas do ensino fundamental.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender as dificuldades vivenciadas pela equipe pedagógica no tocante ao processo inclusivo numa escola da rede municipal e problemáticas envolvidas e os avanços já alcançados nesse processo.

Nesta perspectiva, tem-se como problemática: quais as dificuldades que os profissionais da educação estão vivenciando frente o processo inclusivo em uma escola da rede municipal de Jardim do Seridó?

Dada a relevância do tema, é importante para a concretização dos objetivos da educação inclusiva que o processo de inclusão nas escolas seja avaliado a partir da percepção dos professores e coordenadores, os quais são importantes atores nessa política. Também é de suma relevância perceber as principais dificuldades e desafios enfrentados para a efetivação desse processo, no intuito de poder refletir acerca de metodologias que possam fortalecer e facilitar o processo de inclusão das crianças no ensino fundamental.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem o objetivo de compreender as dificuldades vivenciadas pelos professores e equipe gestora de uma escola de ensino fundamental da cidade de Jardim do Seridó/RN acerca da efetivação do processo de inclusão de crianças com deficiência na escola. Assim, traçou-se a seguinte indagação: quais as dificuldades que os profissionais da educação estão vivenciando frente o processo inclusivo em uma escola da rede municipal de Jardim do Seridó?

A pesquisa tem aspectos qualitativa e descritiva (GIL, 2010), com análise de dados baseados nos estudos de Bardin (2010). Realizou-se o estudo em uma escola da cidade de Jardim do Seridó/RN, interior do estado, que não dispõe de muitos recursos para melhorar o processo inclusivo. Existe a sala de recursos, porém os estudantes são atendidos em outra

escola e que, a professora do AEE não realiza um trabalho em parceria com os professores da sala regular.

Os sujeitos do estudo são 10 professores e coordenadores/diretores de crianças com deficiência matriculadas na instituição de ensino estudada. Esse público foi escolhido devido à sua proximidade com a questão da inclusão dentro da escola. A coleta de dados se realizou através de um roteiro de perguntas semiestruturado, o qual foi guiado por um questionário a ser utilizado nas conversas com os profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora tenha havido crescente preocupação com os processos de escolarização das pessoas com deficiência e o aumento do número de matrículas desses alunos na escola regular, ainda existem muitos impasses e desafios que dificultam a concretização do processo de inclusão.

Dentre esses desafios, Pelosi (2006) destaca a falta de recursos materiais, as deficiências na formação dos professores, a precariedade nas condições de trabalho dos agentes educacionais, dentre outras, como as metodologias inadequadas e insuficientes para a aprendizagem.

No presente estudo, algumas das deficiências e dificuldades apontadas por Pelosi (2006) também foram citadas pelos professores. A principal delas foi a falta de estrutura física da escola e a insuficiência de equipamentos e técnicas, como jogos e materiais específicos, para o trabalho das diversas deficiências presentes entre os alunos, como podemos perceber nas falas dos seguintes sujeitos:

Na escola não se tem a estrutura necessária para receber esses alunos com necessidades especiais e apoio dos órgãos responsáveis (PROFESSOR 2).

O espaço físico, falta de infraestrutura e de profissionais qualificados na área (PROFESSOR 3).

Nas falas acima, percebe-se como grande obstáculo à concretização do processo de inclusão a questão do espaço físico e da infraestrutura, que deve ser completamente adaptada, de forma a garantir a acessibilidade do aluno. Como afirma a Norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (1994), promover a acessibilidade no espaço construído é possibilitar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, suprimindo as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos prédios, nos meios de transporte e de comunicação.

Ou seja, a acessibilidade começa com a possibilidade de que o sujeito possa se locomover naquele local. Como afirma Moraes (2007, p. 31-32):

Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis. É então, neste contexto, que a escola deve se tornar o ambiente mais acessível e adaptado para inclusão de seus alunos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como de modificações e adaptações na sua estrutura física, para que ocorra a eliminação de qualquer tipo de barreira ao ensino escolar de qualidade. Muitas vezes, a solução para os problemas arquitetônicos e estruturais não está na construção de novos empreendimentos, mas nas adaptações necessárias desses espaços aos deficientes físicos, para que deixem sua condição de excluídos da sociedade e passem a manter uma relação de autonomia e segurança em todos os âmbitos sociais, inclusive no escolar.

Como percebemos nas falas dos sujeitos entrevistados, ainda existem dificuldades com relação à acessibilidade no espaço físico. Dessa forma, fica nítida a necessidade de adaptação dos espaços, para que essas crianças possam se locomover com autonomia, liberdade e segurança. Para isso, é imprescindível o apoio dos gestores e do financiamento para adaptações necessárias a acessibilidade no espaço escolar.

Também foram citadas como dificuldades para a concretização desse processo a falta de instrumentos, equipamentos e materiais na escola, o que possibilitaria uma melhor abordagem das temáticas dentro das salas de aula. Além da falta de materiais, também foram relatadas a falta de profissionais especialistas na temática da inclusão e de espaços e salas adequadas ao atendimento das pessoas com deficiência. Citando a fala dos sujeitos:

O instrumento de trabalho às vezes não condiz com a necessidade do aluno especial (PROFESSOR 5).

A falta de mão de obra especializada, de profissionais capacitados e dedicados, além de informações e material adequado em quantidade, bem como o local apropriado para atendimento (NÚCLEO GESTOR 1).

Faltam recursos pedagógicos para trabalhar com estas crianças, falta de interesse dos professores e falta de formação dos mesmos (PROFESSOR 9).

Como se percebe na última fala, outra dificuldade citada pelos sujeitos do estudo é muitas vezes a falta de preparo dos professores, que não possuem o conhecimento e as técnicas necessárias para trabalhar com os alunos com deficiência. Muitas vezes essa falta de preparo é decorrente de uma formação acadêmica que não prioriza as questões da educação inclusiva, além da falta de investimento numa educação permanente daqueles profissionais que já estão no cenário de prática.

Também no estudo realizado por Sant'ana (2005) essa dificuldade foi encontrada entre os diversos limites e problemas para a efetivação da educação inclusiva, a qual se depara

muitas vezes com a insuficiência da formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais. Como afirma a autora (p. 228), diante disso “torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos. (...) A formação deficitária traz sérias consequências à efetivação do princípio inclusivo, pois este pressupõe custos e rearranjos posteriores que poderiam ser evitados”.

Com isso, entende-se que enquanto não houver investimento na preparação dos professores, os mesmos não se sentirão preparados para atender a tais demandas. No entanto, esse investimento deve ir além de cursos e capacitações, os quais já vêm sendo realizados, mas deve atingir o cotidiano de atuação desses profissionais, suas dúvidas, seus medos e receios, que são mais significativos para o processo que a transmissão de conteúdo sobre a educação inclusiva.

A falta de preparo citada como dificuldade relaciona-se com outra dificuldade relatada pelos sujeitos de pesquisa, que refere-se à formação insuficiente dos professores e a falta de investimento em capacitações e cursos para esses atores educacionais. Dessa forma, entende-se que é o processo de formação iniciado desde a faculdade e estendendo-se à prática cotidiana do profissional que contribui para que o mesmo se sinta despreparado para atender aos indivíduos com deficiência.

Falta de treinamento do professor, aumento de vagas para elas, falta de cuidador (PROFESSOR 4).

Necessidade de profissionais para o apoio dessas crianças (NÚCLEO GESTOR 2).

O professor não está preparado, sem formação, falta de conhecimento e habilidade no atendimento dos vários tipos de deficiências (limitações), falta de acompanhamento e atenção ao aluno com deficiência devido o numero de alunos na sala (NÚCLEO GESTOR 4).

Nesse sentido, também é importante entender que nem sempre os professores formadores, ou seja, os professores dos cursos universitários, tiveram acesso ao conhecimento relacionado à inclusão social. Sendo assim, como os novos professores terão acesso ao saber relacionado à educação inclusiva e seus princípios, se seus professores não tiveram acesso a esse conhecimento?

Sendo assim, como afirmam Vilela-Ribeiro; Benite (2010), é necessário que os professores formadores tenham também acesso à formação em educação inclusiva, o que muitas vezes é um aspecto pouco percebido, Geralmente pensa-se na formação continuada dos profissionais que estão atuando na área da educação, mas nunca se discute a questão de

levar a formação em Inclusão para dentro da docência na universidade, discutindo sobre o assunto com os professores dos diversos cursos de graduação.

Outro aspecto percebido nas falas é a necessidade de contratação e treinamento de profissionais de apoio para acompanhar essas crianças dentro da sala de aula, para que possa auxiliá-las em seu processo de aprendizagem. Esses profissionais de apoio têm a função de auxiliar o professor, tendo em vista o grande número de alunos em sala de aula, o que o impede de oferecer atenção especial aos alunos com deficiência.

No que diz respeito à legislação sobre esses profissionais, foi publicada em 08 de setembro de 2010 uma nota técnica que tratava sobre os profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas regulares da rede pública de ensino.

Dentre as atividades desse profissional, estão incluídas a tradução e interpretação de Libras e de guia-intérprete para alunos surdo-cegos. Além disso, os mesmos realizam atividades de locomoção, higiene e alimentação para alunos que não realizam tais atividades sozinhos, conforma a necessidade de cada aluno. O ensino do aluno não é responsabilidade do profissional de apoio, o qual deve atuar de forma articulada com os professores nos diversos contextos da escola.

Falta de profissionais especializados, material adequado ao problema, e que os órgãos públicos capacitem os profissionais, e não dar emprego aos amigos leigos, isso prejudica mais as crianças com deficiência (PROFESSOR 8).

Uma das principais dificuldades é a falta de profissionais qualificados (PROFESSOR 12).

É preciso o entendimento dos gestores no sentido de que ao colocar os alunos com deficiência nas classes comuns, o processo de inclusão não estará acontecendo por si, a escola precisa ser organizada estruturalmente e pedagogicamente para receber os alunos e oferecer-lhes educação de qualidade, assim como proporcionar aos professores condições necessárias para desenvolver uma prática pedagógica com êxito (PROFESSOR 7).

O relato dos dois sujeitos acima chama atenção para o fato da necessidade do apoio e do entendimento dos gestores acerca do processo de contratação de professores e profissionais de apoio. No momento da contratação, é preciso valorizar características que facilitem a inclusão por parte do professorado, principalmente formação complementar e sensibilidade para a temática. Dessa forma, como comenta (MORAES, 2007, p. 21):

Adaptações de acesso ao currículo também podem ser consideradas no conjunto de elementos e recursos do professor, enquanto elementos físicos e materiais, bem como recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar os alunos com necessidades educacionais especiais a desenvolver o currículo escolar.

Ou seja, é necessário ao professor lançar mão também de seus recursos próprios e de sua criatividade para possibilitar ao aluno ter acesso a uma aprendizagem significativa e concernente a suas limitações. Além disso, outro aspecto importante trazido pelo relato acima é a necessidade dos órgãos públicos e da gestão promoverem capacitações e cursos que possam complementar o conhecimento desses profissionais no campo da inclusão no ensino regular.

Outro ponto interessante na fala do Professor 7 é a questão do entendimento de que não basta que o aluno esteja dentro da sala de aula para se afirmar que houve o processo inclusivo. É necessário que a escola possua todo um aparato para acolher esses alunos, de forma que os mesmos possam sentir-se capazes de aprender e de estarem inseridos naquele contexto. Muitas vezes o aluno é matriculado em uma sala de aula do ensino comum, mas nem a estrutura escolar nem os profissionais estão preparados para fazerem o mesmo se sentir incluído, e isso pode ser crucial no seu processo de crescimento e desenvolvimento pessoal e educacional.

Outra dificuldade relatada pelos profissionais foi a relação com a família, que muitas vezes não confia na escola e em sua estruturação. Além disso, muitas vezes a família ainda não aceitou a questão da deficiência, o que muitas vezes dificulta no processo de aprendizagem da criança, quando a família acredita que a escola não está ensinando de forma adequada, e por isso a criança não consegue aprender.

Principalmente a família, pois em muitas situações a família não aceita as dificuldades (PROFESSOR 6).

A sensibilidade nas construções mais antigas. Medo por parte das famílias, muitas delas não confiam muito nas instituições, exatamente por estas instituições não disporem das condições necessárias (NÚCLEO GESTOR 3).

Essas falas corroboram o que encontraram em seu estudo, que constatou que grande parte dos pais e familiares de pessoas com deficiência demonstra preocupação e receio com relação à recepção e acolhimento do seu filho dentro da escola regular, principalmente no que diz respeito à estrutura e preparação dos professores para atender às necessidades específicas de aprendizagem dos filhos. Outra preocupação dos familiares é a discriminação por parte dos outros colegas ou de alguns profissionais.

Também foi citada pelos profissionais a questão de algumas escolas ainda não aceitarem a matrícula de pessoas com deficiência, o que se constitui como uma grave barreira à garantia dos direitos desses indivíduos. Em seu artigo 53, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) instituiu que toda criança e adolescente têm direito à educação, objetivando

ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e deve ser assegurada aos mesmos:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- (...)

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

A própria Constituição prevê em seu artigo 3º o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A constituição também garante o direito à escola para todos e coloca como princípio para a Educação o acesso a todos os níveis do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Além disso, também prevê a lei 7853 que constitui crime:

- I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;
- II - obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;
- III - negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;
- IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência;
- V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;
- VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Dessa forma, é de suma importância verificar se realmente vêm acontecendo episódios como esses, pois recusar a matrícula de uma criança com deficiência fere todos os direitos conquistados por essas pessoas em suas lutas. Por muitos anos, indivíduos com deficiência, pais, familiares e professores lutaram pela conquista desses direitos. Sendo assim, a matrícula na escola regular é o primeiro passo para concretizar o processo de inclusão escolar, e embora não garanta o acesso à aprendizagem e ao desenvolvimento, não deve jamais ser impedida pela escola.

Outra grande dificuldade citada por alguns profissionais foi a falta de sensibilização do professor, o que vai além da falta de preparo desses atores educacionais. A questão do

descompromisso e da insensibilidade com relação a inclusão é um obstáculo ao processo, pois afasta e fecha os professores no que diz respeito à temática. Quando fechados a esse processo, nem mesmo a formação se coloca como uma solução a esse problema. Na fala de um dos gestores participantes da pesquisa:

Em grande parte os professores não estão preparados para receber diferentes deficiências em uma só sala, e não querem ter essa responsabilidade (Gestor 5).

Por último, temos também como dificuldades a falta de preparo e de qualificação dos professores para receber esses alunos. Embora seja nítido que a maneira de lidar com as pessoas e de tratá-las esteja muito relacionada à personalidade de cada profissional e a sua maneira de abordar cada aluno, é necessário que o professor tenha uma formação voltada para o recebimento dessas pessoas na escola comum.

Nesse processo, como afirmam Vieira; Martins (2013), muitas vezes a escola não tem conseguido garantir à aprendizagem dos alunos, mesmo daqueles que não possuem nenhum tipo de deficiência. Esse dado aponta a necessidade de buscar novas propostas e metodologias de ensino, que possam fomentar o interesse dos alunos pela aprendizagem do conteúdo. É nesse contexto que entra a importância da criatividade dos educadores, tendo em vista que ela é um item fundamental para a organização do trabalho pedagógico nas escolas e principalmente no cotidiano da sala de aula.

Essa formação deve ser proporcionada tanto pelo estado, como forma de investimento e valorização dos professores no processo inclusivo, quanto pelo próprio profissional, que também é responsável pela sua formação continuada e qualificação para o ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações e comentários apresentados ao longo deste artigo apontam para a complexidade do tema, assim como para o caráter atual que o mesmo possui. Nos últimos tempos a temática inclusão tem sido colocada em discussão tendo em vista está inserida na projeção de uma política educacional qualitativa e funcional, além de eficaz e fazer valer o princípio da democratização, considerando que garante o preceito de inserir o homem como sujeito histórico no âmbito de uma educação promissora, capaz de favorecer ao indivíduo condições reais de se manter no âmbito de uma sociedade onde a pluralidade de culturais e ideologias se faz evidente de maneira acentuada.

Fundamentando-se no que foi observado, seja no que consiste a base teórica que o tema apresenta como a sua conotação prática, se percebeu que o tema em estudo requer uma apreciação sistemática e que todos os ângulos de possibilidades de colocar em prática a inclusão

precisam ser levados em conta para que se possa dimensionar a sua atuação frente à projeção pela qualidade e funcionalidade da educação, onde a inclusão constitui um dos aspectos essenciais a ser vislumbrado.

Os elementos levantados no cerne deste estudo leva a necessidade de se fazer uma abordagem de como a proposta de inclusão de alunos podem ser alcançadas de maneira mais prática e precisa. Neste aspecto, é pertinente salientar os trabalhos futuros que podem ser articulados a partir da dissertação que se apresentou e se direcionou as análises e possíveis sugestões de uma maior abrangência.

O estudo proporcionou condições para que se perceba que há inúmeros elementos que inviabiliza a efetivação do que compreende realmente a política de inclusão, no entanto, o que se percebe ao ser colocado em discussão o tema com os diferentes segmentos que corresponde à escola, que há o interesse pela funcionalidade da proposta de educação inclusiva, ou seja, há por parte dos educadores o interesse pela superação das barreiras que infelizmente ainda persistem e colocam em ponto crítico a educação inclusiva nas unidades públicas de ensino municipais ligadas a escola.

Inúmeras são as questões que desfavorece a inclusão de alunos com NEE ser uma realidade na unidade de ensino municipal. Dentre os mais acentuados fatores que podem ser vistos como pontos de empecilhos para ocorra a inclusão de maneira eficaz e funcional pode-se destacar a falta de formação de muitos dos professores que se mostram de incapazes de trabalharem com alunos com NEE inclusos em salas de aula regular.

Não se pode ainda deixar de ressaltar a carência de material didático que se faz gritante no seio das escolas. Sem recursos didáticos específicos os professores se veem sem melhores condições de trabalha as diferentes necessidades dos seus alunos sejam eles com NEE ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MORAES, Marina Grava de. **Acessibilidade e inclusão social em escolas** (Monografia). UNESP. Bauru: 2007.

PELOSI, M. B. Por uma escola que ensine e não apenas acolha recursos e estratégias para inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006. p.121-132.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

VIEIRA, Francileide Batista de Almeida; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Formação e criatividade: elementos implicados na construção de uma escola inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 19, n. 2, p. 225-242, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 24 abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382013000200007>.

VILELA-RIBEIRO, Eveline Borges. BENITE, Anna Maria Canavaro. **A Educação Inclusiva na Percepção dos Professores de Química**. Ciência & Educação, v. 16, n. 3, p. 585-594, 2010.